

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº: 329 /99

SESSÃO DE 13/05/99

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/002990/95

A.I. Nº: 174916/95

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: H. B. TRANSPORTES LTDA.

CONSELHEIRO RELATOR: RAIMUNDO AGEU MORAIS

EMENTA

ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS CONSIDERADOS INIDÔNEOS. Segundo os arts. 13 e 14, inc. II, alínea "c", da Lei nº 11.530/89, a responsabilidade pelo pagamento do imposto deveria recair sobre a empresa estabelecida no Estado de São Paulo, pois foi quem de fato prestou o serviço de transporte das mercadorias apreendidas. Configura-se a ilegitimidade do sujeito passivo eleito pelo agente do Fisco. Confirma-se a decisão declaratória de EXTINÇÃO do processo proferida na Primeira Instância, por força do que expressa o art. 54, inc. I, alínea "b", da Lei nº 12.732/97. Decisão por maioria de votos.

RELATÓRIO

Na peça basilar do presente processo, consta a acusação de que a Notas Fiscais de nºs 024988, 024989, 027092 e 027093, emitidas pela empresa Philips do Brasil Ltda., sediada no Estado de São Paulo - tendo como destino contribuinte estabelecido neste Estado -, não eram, segundo o Ajuste SINIEF nº 03/94, as legalmente exigidas para acobertarem operação interestadual. Por esta razão, o agente do Fisco considerou inidôneas as citadas Notas Fiscais.

Como dispositivos legais infringidos, o autuante indica artigos do Decreto nº 21.219/91, que disciplinam a matéria em questão.

Instruindo o processo, os autuantes anexam as 1ª vias das Notas Fiscais em referência e cópias das 5ªs vias dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas de nºs 034698, 034810 e 034548(v. fls. 03 a 10).

Am

Tempestivamente, a empresa autuada vem refutar a acusação fiscal, quando então requer a extinção do processo ou a improcedência da ação fiscal.

Em Primeira Instância Administrativa, o ilustre julgador, após análise dos autos, decide pela extinção do processo, em face da ilegitimidade do sujeito passivo apontado pelos agentes do Fisco.

A nobre Consultora Tributária, através do Parecer nº 225/99 (anexo às fls. 102/103 dos autos), propôs o conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão declaratória de extinção do processo proferida na Instância Singular - nos termos do art. 54, inc. I, alínea "b", da Lei nº 12.732/97 -, cujo entendimento foi referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

As Notas Fiscais de nºs 024988, 024989, 027092 e 027093, acostadas às fls. 03/07 dos autos – emitidas por empresa do Estado de São Paulo, para contribuinte estabelecido neste Estado –, foram consideradas inidôneas por não serem as legalmente exigidas para acobertarem operação interestadual, visto que as mesmas não apresentavam o modelo aprovado pelo Ajuste SINIEF nº 03/94, o que resultou na apreensão das mercadorias transportadas.

O art. 14, inc. II, alínea “c”, da Lei nº 11.530/89 assim determina:

“Art. 14 – São responsáveis pelo pagamento do imposto:

I -

II – o transportador em relação à mercadoria:

(...)

c) – que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou acompanhada de documento fiscal inidôneo.”

No caso vertente, há de ser acatada a decisão proferida na Instância Singular, que encerra juízo pela extinção do processo, por força da ilegitimidade do sujeito passivo apontado pelo agente fiscal, nos termos do art. 54, inc. I, alínea “b”, da Lei nº 12.732/97.

Ora, segundo o dispositivo legal acima transcrito, e considerando-se, ainda, a autonomia dos estabelecimentos de que fala o art. 13 da mesma Lei nº 11.530/89, a responsabilidade pelo pagamento do imposto deveria recair sobre quem efetivamente prestou o serviço de transporte das mercadorias apreendidas, no caso a filial da empresa H. B. Transportes Ltda., estabelecida no Estado de São Paulo – emitente dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas nºs 034698, 034810 e 034548 –, e não a sua matriz sediada no Estado do Ceará, como equivocadamente entendeu o fiscal atuante. Esta, com efeito, não cometeu o ilícito denunciado na peça exordial, porquanto não efetuou o transporte das mercadorias em questão.

Isto posto, tendo-se que a atuada não é parte legítima para figurar na relação processual como sujeito passivo da obrigação tributária, somos que se conheça do recurso oficial, negando-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão de extinção do processo proferida na Instância **a quo** – nos termos do art. 54, inc. I, alínea “b”, da Lei nº 12.732/97 –, em conformidade com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DECISÃO

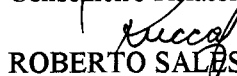
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido H. B. TRANSPORTES LTDA.,


RESOLVEM os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, a fim de confirmar a decisão declaratória de EXTINÇÃO do processo proferida na Instância Singular, de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Foram votos vencidos os dos eminentes conselheiros Marcos Silva Montenegro, Roberto Sales Faria e Francisca Elenilda dos Santos, que se manifestaram contra a extinção do presente processo.

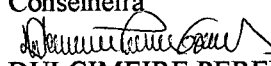
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, 17/06/99.


ANA MÔNICA FILGUEIRAS MENESCAL NEIVA
Presidenta


RAIMUNDO AZEUMORAIS
Conselheiro Relator

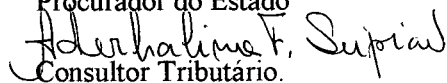

ROBERTO SALES FARIA
Conselheiro


FRANCISCA ELENILDA DOS SANTOS
Conselheira

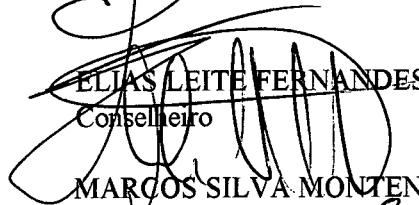

DULCIMEIRE PEREIRA GOMES
Conselheira


Fomos presentes

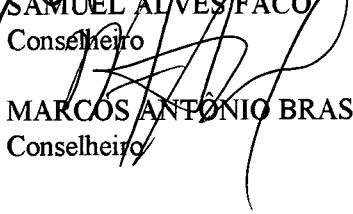
JÚLIO CÉSAR ROLA SARAIVA
Procurador do Estado


Aderbalino F. Supian
Consultor Tributário.


ELIAS LEITE FERNANDES
Conselheiro


MARCOS SILVA MONTENEGRO
Conselheiro


SAMUEL ALVES FACÓ
Conselheiro


MARCOS ANTÔNIO BRASIL
Conselheiro